

A gente nota que as autoridades se calam nesse momen-to. As leis não são mudadas; a polícia é culpada de tudo; o vagabundo criminoso é sempre uma vítima da sociedade, um coitado que não teve oportunidade na vida - como se nós tivéssemos tido: na minha turma de moleque, quem não virou polícia virou bandido. Foi questão de escolha. A mesma oportunidade que eu tive, eles tiveram. Acredito que, para a maioria dos presentes, também foi assim. Ninguém aqui nasceu em berço esplêndido; ninguém aqui nasceu rico: todos nós trabalhamos, estudamos, prestamos exames, fizemos cursos, casamos, tivemos filhos e netos.

Mas, infelizmente, nessa sociedade hipócrita em que nós vivemos, nós assistimos isso: as pessoas defendendo criminosos e os pais de família, trabalhadores, os policiais que lutam pela segurança da cidade são vistos como violentos. Enquanto isso perdurar, este País não vai melhorar nunca. Não adianta falar em democracia, em um monte de baboseira se não podemos cuidar da nossa família. Precisamos mudar urgentemente a situação no País.

Portanto, quero deixar em meu nome - e acho que posso falar em nome dos 93 deputados - os nossos sentimentos à família do capitão Henrique. Que Deus o tenha em bom lugar porque ele cumpriu a sua missão.

Falando em Segurança, quero colocar uma imagem que pode não representar muita coisa para alguns, mas é uma ocor-rência corriqueira de uma das coisas que a Polícia Militar faz e muitos não sabem.

Ontem, dia 9 de março, na cidade de Sumaré, pelo 190 chamaram a viatura dizendo que havia um cidadão em atitude suspeita.

O que é um cidadão em atitude suspeita? Alguém que pode vir a praticar um crime.

A viatura foi para o local. Chegando, abordou o cidadão e constatou-se que ele estava olhando o carro, era um guardador de carro - o que é uma irregularidade - pois ele tinha um bebê de 18 meses e estavam passando necessidades.

Os policiais vendo que era um trabalhador que estava desempregado e não tinha o quê fazer para sustentar sua famí-lia - para quem não sabe, o policial militar ganha dois mil reais, alguns dois mil e quinhentos reais, não é um salário folgado, mas é um salário razoável - se juntaram aos policiais da 1ª Cia do 48 BPM-I de Sumaré e compraram alimentos, leite, fraldas no mercado Arena, inclusive o mercado acabou doando algu-mas coisas, que ajudaram muito a vida desse cidadão.

Vejam as coisas que foram doadas dentro da viatura.

Por que mostro isso? ‘Ah, para se vangloriar.’ Não. A Polícia Militar não é melhor que ninguém não. Trago isso para mostrar uma outra face da Polícia Militar.

Ontem, na reunião de Direitos Humanos, ouvimos cada absurdo, cada império! Então faço questão de mostrar a outra face da Polícia Militar, do que ela diariamente faz e mu-itos não conhecem.

Esta outra imagem também na área do 48º em Sumaré trata de mais uma ocorrência da Polícia Militar. Temos mais uma criança que foi trazida ao mundo pela PM.

Dia 7 de março, às 11 da manhã, a Força Tática, com o sargento Silvério, o cabo Moura e o soldado Tumelero patru-lhando pela Avenida da Amizade foram solicitados pela Sra. Vanderli, dizendo que precisava de ajuda pois a nora, a Sra. Erica, encontrava-se em serviço de parto e precisava se deslocar urgentemente para o hospital. A equipe prontamente embarcou a Dona Erica na viatura e a levaram até a Unicamp Sumaré, onde foi agilizado, graças à ação dos policiais, o atendimento e veio ao mundo a Leticia, uma bebê linda e saudável pesando três quilos e 600 gramas.

Toda a Polícia Militar congratula-se com a família desejan-do felicidades à criança, à mãe e aos avós e dá os parabéns à equipe.

Vejam, outra ocorrência simples do nosso dia a dia. Faze-mos isso todos os dias milhares de vezes ao mês. Mas muitas pessoas não conhecem, por isso faço questão de dar conheci-mento.

Ao mesmo tempo em que damos a triste notícia da morte de um irmão de farda, do capitão Henrique, também mostramos que a Polícia Militar traz novas vidas ao mundo.

Adoram falar que nós tiramos vidas.

Tiramos, sim, quando um vagabundo atira na polícia e ela responde. Mas pelas mãos da Polícia Militar também muitas vidas vêm ao mundo.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Neves. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gil Lancaster. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.)

Esgota a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Léo Oliveira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre depu-tado Marcos Damasio. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Márcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Angelo Perugini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André do Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, de volta a esta tribuna gostaria de dizer que esta semana tivemos uma vitória importante - ainda que parcial - na Comissão de Administração Pública e Relação do Trabalho. Refiro-me à aprovação de um projeto de lei de autoria do nosso mandato, o Projeto de lei nº 24, de 2015, que foi aprovado pela maioria dos deputados.

Agradeço, em nome de todos os professores da rede es-tadual, a todos os deputados que votaram favoravelmente ao projeto que apresentei, que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Administração Pública.

Esse projeto, que representa uma luta histórica em São Paulo, dos professores da rede estadual, altera a famigerada Lei nº 1.093, de 2009, do ex-governador Serra, que criou a figura do professor categoria “O” e precarizou o contrato de trabalho dos professores categoria “O”, criando a duzentena, tirando o direito do professor da rede estadual de utilizar o lamspe, de utilizar o Hospital do Servidor Público, retirando direitos traba-lhistas e previdenciários, jogando o professor da rede estadual para o regime geral da SPPrev, da previdência pública. Mesmo que ele trabalhe num órgão público, numa escola pública, ele não é considerado um servidor público, o que é um verdadeiro absurdo.

Nós apresentamos um projeto de lei para corrigir todos esses ataques, esses gravíssimos erros, contra os profissionais da Educação, sobretudo, contra os professores categoria “O”, que são considerados pelo Governo e pela Secretaria Estadual de Educação professores de 5ª categoria.

O projeto corrige isso. Sinteticamente, nosso projeto acaba com a duzentena, definitivamente. Porque na última reforma feita na lei, nós não acabamos com ela. Ela continua existindo. Ela só diminuiu de 200 para 180 dias.

Nosso projeto acaba definitivamente com isso. Nem qua-rentena, nem duzentena, nem 180 dias de intervalo. Nós garan-timos, no nosso projeto, que o professor tenha estabilidade. O professor ACT, o professor Ofa e o professor categoria “O” só vão sair da sua sala de aula quando chegar um professor efetivo concursado, um professor aprovado num concurso de provas e títulos, como era antes da aprovação dessa lei, como funcionava com a Lei nº 500, de 1974.

Então, esse é o primeiro ponto do projeto: o fim da duzen-tena, o fim da quarentena e o fim de qualquer possibilidade de demissão e de desligamento do professor categoria “O” - como vem sendo feito pela atual Lei nº 1093.

Um segundo ponto importante, que nós colocamos no projeto de lei - que teve, logicamente, o parecer favorável da Comissão - é que o professor categoria “O” deve ter direito à assistência de Saúde.

O professor deve ter direito de utilizar o Hospital do Servi-dor Público, o lamspe. Porque o projeto existente não dá esse direito ao professor. O projeto do governador Serra foi aprovado na Assembleia Legislativa - o que é uma vergonha - com a maioria dos votos da base do Governo.

Nós votamos contra, logicamente. Obstruímos a votação. Depois, mesmo com o projeto aprovado, nós fomos à Justiça e ao Ministério Público. Fizemos vários movimentos para inviabil-izar a lei. Mas o Governo ganhou, infelizmente, com o apoio da base de sustentação, com a maioria da Assembleia Legislativa.

Agora, nós temos que corrigir isso. Então, nós estamos dando a nossa contribuição aqui. O nosso mandato apresentou um projeto de lei que garante o fim da duzentena, da quarente-na, dos 180 dias de intervalo, para que não haja mais a perda do vínculo trabalhista do professor.

Além disso, garantimos, no nosso projeto - o Projeto de lei nº 24, de 2015 - que o professor tenha direito à utilização do lamspe e do Hospital do Servidor Público Municipal. Agora só falta mais uma comissão apreciar o projeto, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Espero que seja aprova-do; espero a sensibilidade dos deputados para fazer a correção de um erro grave cometido pela Assembleia Legislativa. Depois, queremos aprovar com urgência esse projeto.

Já que o governo e a Secretaria de Gestão Pública não resolvem a questão, e a Secretaria de Educação não toma nenhuma medida, a Assembleia está com a possibilidade de corrigir esse verdadeiro ataque aos direitos dos professores categoria “o”. Temos que fazer justiça, garantindo o fim total da duzentena, bem como a estabilidade para esses professores e seu direito de utilizar o Hospital do Servidor Público Municipal e o lamspe. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o motivo que me traz a esta tribuna é que, no momento em que fazemos grandes discussões a respeito dos temas que afligem toda a Nação, é importante não nos esquecermos, no dia-a-dia, de que o desenvolvimento do Brasil real não ocorre no planalto, mas na planície. Quero fazer o registro de um ato muito importante que ocorreu na última quinta-feira em São José do Rio Preto, com a presença do presidente do Tribunal de Contas do Estado, Dimas Eduardo Ramalho, que foi deputado nesta Casa e depu-tado federal, além de secretário; enfim, uma pessoa muito pre-parada. Estava acompanhado de todos os técnicos do Tribunal de Contas do Estado, comandados pelo secretário-geral há mais de 40 anos, Sérgio Siqueira Rossi.

Foi um grande encontro, de cuja organização tivemos a honra de participar contribuindo modestamente. O local do evento foi o Teatro Paulo Moura, onde se reuniram 700 pessoas - das quais 50 são prefeitos - para discutir a atuação do Tribunal de Contas sob o mandato do estimado presidente Dimas Ramalho, que fez um pronunciameto. É importante o registro e a leitura muito atenta da matéria que saiu no nosso Diário Oficial de hoje, com um relato das metas de trabalho de Dimas Ramalho, do vice-presidente Sidney Beraldo e do conse-lheiro Renato Martins. Na seção do Tribunal de Contas do Diário Oficial, temos primeiramente um texto segundo o qual “Tecnolo-gia, transparência e parcerias serão prioridades do Tribunal de Contas para 2016”. Em seguida, há um artigo minucioso de Dimas Ramalho, que é um intelectual de altíssima linha e preparadíssimo, que fez pós-graduação no exterior. Trata-se de um texto limpo, que pode tanto ser lido pelos acadêmicos como pelo povo e, em especial, pelos agentes públicos. O título é sugestivo: “Muito além dos jardins do TCE”. Ele descreve esse plano de trabalho e também procura desenvolver toda a ação em um texto enxuto, mas em que podemos compreender todo o trabalho que vai ser desenvolvido. Com certeza, vai ser bem sucedido. De forma muito inteligente, como é próprio do presi-dente Dimas Ramalho, ele descreve todas essas ações e metas.

Lá em São José do Rio Preto, nesse seminário, ele pôde desenvolver isso e os técnicos treinaram os prefeitos para as questões que merecem sua atenção neste período, neste ano que estamos vivendo, que é um ano de eleições, com relação à legislação - em especial, com aplicação mais sólida das leis, como a de nº 4.320, que trata da questão contábil, do Orça-mento da União, dos estados e dos municípios, uma lei já con-solidada, mas também a Lei de Responsabilidade Fiscal -, para que obedeçam rigorosamente os prazos e as ações.

Tenho orientado os prefeitos com que nós convivemos e os técnicos ou, mesmo na universidade, dedicado uma atenção especial, para que não se esqueçam da questão da eficácia e, também, da efetividade do gasto público. Para isso, há um instrumento muito importante desenvolvido pelo Tribunal de Contas, sob a égide do conselheiro Sidney Beraldo, que é o Índice de Efetividade da Gestão Municipal. Esse índice possibi-lita o controle orçamentário, o controle das contas e o controle jurídico, obedecendo, então, aos princípios fundamentais da legislação e da orientação de todas as instruções normativas. Além disso, ele mostra que é possível ao município planejar e buscar a efetividade dos gastos.

Ou seja, é importante que se gaste na Saúde, na Edu-cação, em saneamento básico, mas mais importante que isso é que esse gasto seja efetivo, transformando-se em mudança e melhoria na vida das pessoas - em especial, as mais carentes.

No momento em que vivemos, com essas discussões de macroeconomia, sobre a grande crise sócio-político-econômica e ética que vivemos, é uma luz a presença do Tribunal de Contas, indo até os municípios - no próximo dia 16, estará em Bebedouro - para mostrar que as autoridades, especialmente aquelas que fiscalizam e organizam o nosso Estado, estão próximas.

Foi uma honra - e é uma honra, também, deixarmos nos Anais desta Casa o registro desta ação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes.

O SR. RODRIGO MORAES - PSC - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna, hoje, para poder, também, fazer um comunicado a esta Casa.

Sabemos que esta Casa tem lutado para realizar seus trabalhos junto ao Governo do Estado e também sabemos das composições políticas que aqui ocorrem. Devido a mudanças na legislação eleitoral, fico até lisonjeado e também honrado de ter recebido convites de vários partidos que compõem esta

Casa e têm assento aqui na Assembleia Legislativa, que tem assento também na Câmara Federal, procuraram também o meu pai, o missionário José Olímpio e nós dialogamos e tive-mos o entendimento e quero até deixar esse comunicado aqui na Casa que estou há praticamente seis anos no PSC, onde tenho sido líder da bancada por praticamente quatro anos. Fui por três anos o único deputado do PSC aqui na Casa e agora tenho a satisfação de ter mais dois companheiros, que são os deputados Márcio Camargo e o pastor Celso Nascimento.

Depois de seis anos de uma história bonita, de ter trabalha-do muito no PSC, quero agradecer à direção estadual do nosso partido, na pessoa do deputado federal Gilberto Nascimento, do tenente Nascimento, da Sonia, enfim, de todos que compõe o Partido Social Cristão aqui neste Estado.

Quero agradecer também a executiva nacional do partido em nome do pastor Everaldo que constantemente tem se preocupado com o estado de São Paulo. Mas, devido ao novo projeto político, tanto meu pai lá em Brasília, quanto eu aqui em São Paulo, nós estaremos nos encaminhando para outra sigla partidária. Mas não por descontentamento, não por triste-za, mas sim por um novo projeto. Sinto-me bem confortável em dizer que no PSC nós sempre fomos bem acolhidos, e sempre seremos bem acolhidos. Seremos amigos, estaremos juntos, mas devido a esse novo projeto que nos vem nós iremos para outra sigla partidária somar forças. Fico muito contente em dizer que no PSC eu tenho amigos. Tenho pessoas que têm carinho por mim, como eu também tenho carinho por todos eles.

Nunca devemos dizer adeus e sim até logo, porque sabe-mos que o futuro a Deus pertence. E se Deus nos encaminhou para esse projeto nós vamos seguir esses designios que Deus escreve sobre a nossa vida.

Portanto, entre hoje e amanhã nós estaremos nos desfil-iando do PSC e nos filiando nos Democratas. Vamos compor a base dos Democratas e vamos estar nesse novo projeto pedindo a Deus que esse projeto que nos vêm às mãos possamos real-mente ter êxito. Quero agradecer ao deputado federal Rodrigo Garcia, agradecer também ao presidente nacional do DEM, o senador José Agripino, que também conversou muito com meu pai lá em Brasília para que esse fato pudesse acontecer. Eles que iniciaram esse convite e buscaram de todas as formas para que nós pudessemos compor esse projeto.

Portanto agradeço ao PSC como também aos Democratas pelo convite para compormos o time. Portanto, vamos estar nesse novo projeto. Mas tenho a certeza de que vamos estar também irmanados com o PSC. Porém, vamos estar nesse novo projeto que é o DEM. Estamos juntos para poder somar para o bem do nosso estado de São Paulo. Muito obrigado Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato, pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, venho novamente a esta tribuna porque estamos vivenciando um momento muito difícil para todos nós. Dois jor-nalistas do jornal “O Estado de S. Paulo” estavam fazendo uma reportagem na Vila Itaim, na zona leste, quando de repente foram assaltados por marginais.

A ousadia desses marginais é grande porque eles sentem a impunidade, acham que não serão presos. A quadrilha que assaltou esses jornalistas era composta por seis marginais. O repórter Luiz Fernando Toledo e o fotógrafo Tiago Queiroz, do jornal “O Estado de S. Paulo”, foram ameaçados, constrangidos e humilhados. Os marginais fizeram o que bem entenderam, como sempre fazem quando atacam alguém.

Armados e de forma covarde, eles roubaram coisas sem valor que depois tiveram que abandonar. Afinal, o que fariam com uma máquina fotográfica de um jornalista do jornal “O Estado de S. Paulo”? Eles nem sabem tirar fotos, tamanha a cul-tura desses indivíduos. O máximo que conseguem fazer é tirar fotos com máquinas automáticas, e olhe lá. Roubaram também celulares, mas hoje em dia temos meios de bloquear um celular que foi roubado, o que dificulta a ação dos assaltantes. Isso é muito importante.

Quero, portanto, prestar minha solidariedade a esses jor-nalistas e pedir a eles que publiquem e divulguem a necessi-dade de fazermos blitz de desarmamento, para tirar armas de marginais como esses. Se a polícia tivesse revistado esses seis elementos, teria encontrado diversas armas e talvez pudesse evitar esse assalto. Às vezes, em uma blitz de desarmamento, podemos retirar armas que matam e infelicitam famílias inte-i-ras, toda uma comunidade.

Peço a esses jornalistas que divulguem também outros projetos meus e de meus colegas. O conjunto dos meus projetos de leis representa a tolerância zero, como o projeto da moto sem garupa, por exemplo. Recentemente, um policial militar de 34 anos foi morto por pessoas em uma moto com garupa na zona sul.

Precisamos de leis como a que prevê a colocação de câme-ras em pontos estratégicos, nos quais já tenha havido ocorrên-cias de delito. Quantos casos não estariam sendo elucidados pelas câmeras? É extremamente importante que se faça isso o mais rápido possível, para que possamos trazer mais qualidade de vida para todos nós.

Vivemos um momento difícil, de violência, em que há também a violência doméstica. Por isso, fiz a lei chamada de “lei fecha bar” e de “lei do silêncio”. Muitos foram contra essa lei, mas hoje a aplaudem. A cidade de Diadema, por exemplo, aplicou essa lei e diminuiu muito seu índice de violência. Dia-dema era a quarta cidade mais violenta no ranking nacional e, de repente, tornou-se uma cidade mais segura, atraíndo investi-mentos. Hoje Diadema vive com mais qualidade de vida.

Estou dizendo tudo isso porque tenho mais leis que já aprovei e outras leis para ser aprovadas. Esse conjunto de leis de tolerância zero é aplicado em qualquer megalópole, em qualquer cidade de países desenvolvidos, seja na Europa, nos Estados Unidos ou na Ásia. Esses projetos são extremamente importantes.

Sra. Presidente, nós precisamos unir forças. Os projetos que aprovamos nesta Casa devem ser analisados com carinho; eles não devem ser vetados. Os projetos que já foram sancionados e viraram leis devem ser cumpridos. Como exemplo, cito a lei das câmeras de segurança e a que estipula a colocação de detecto-res de metais em locais onde haja ocorrências. Devemos resga-tar os jovens que estão no caminho do alcoolismo e das drogas.

Essas são coisas que podemos fazer para melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade. Tenho esperança, irei continuar lutando e ocuparei esta tribuna pelo tempo que for necessário.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levanta-mento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda das sessões solenes a realizarem-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de “homenagear o 136º aniversário do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado São Paulo; e amanhã, às 10 horas, com a finalidade de “comemorar o Dia do Moto-ciclista.”

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 31 minutos.

11 DE MARÇO DE 201626ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: CORONEL TELHADA, CARLOS GIANNAZI e CARLOS NEDER
Secretário: CARLOS GIANNAZI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Comenta participação em manifestação dos servidores do Judiciário estadual. Discorre sobre a necessidade de reposição salarial da categoria. Dá apoio total às reivindicações destes servidores.

3 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

4 - CORONEL TELHADA

Cita a realização de sessão solene em homenagem ao "Dia do Motociclista". Comenta o assassinato do capitão da Polícia Militar, Marcos Henrique da Silva. Defende a necessidade da sociedade reconhecer o trabalho da Polícia Militar.

5 - CARLOS NEDER

Crítica a política do governo estadual em relação aos institutos de pesquisa científica e órgãos de estudos para inovação administrativa do serviço público. Cita a falta de contratação de novos funcionários e a extinção do Cepam e da Fundap como exemplos.

6 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI

Convoca sessão solene para 11/04/16, às 19 horas, para entrega da "XIX Edição do Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos", por solicitação do deputado Carlos Bezerra Jr.
7 - CARLOS NEDER

Crítica o novo plano de concessões de rodovias à iniciativa privada, anunciado pelo Governo Alckmin. Discorre sobre a necessidade de duplicação e melhorias na rodovia SP-255. Anuncia audiência pública para se discutir o assunto.

8 - CARLOS NEDER

Comenta a aprovação do Plano Estadual de Saúde. Discorre sobre a importância deste tema. Cita evento para discutir o assunto.

9 - CARLOS NEDER

Assume a Presidência.

10 - CARLOS GIANNAZI

Afirma que a carreira de agente escolar das escolas estaduais de São Paulo está sendo destruída pela política educacional do Executivo. Discorre sobre os problemas pelos quais passam estes servidores.

11 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE CARLOS NEDER

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 14/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene, segunda-feira, às 10 horas, para "Comemoração do Dia da Seicho-No-le do Brasil". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presen-tes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Carlos Giannazi para, como 1º Secretário "ad hoc", proceder à leitura da matéria do Expe-diente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Proce-de à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamen-te da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Léo Oliveira. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gil Lancaster. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Braga-to. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente Coronel Telhada, deputado Carlos Neder, telespectadores da TV Assembleia, acabei de chegar de uma assembleia, de um ato dos servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Justiça, em frente à Praça João Mendes, depois em frente ao próprio Tribunal de Justiça. Os servidores estão reivin-dicando, mais uma vez, o cumprimento da data-base salarial para o mês de março.

O presidente do Tribunal de Justiça está concedendo ape-nas 7% de reajuste salarial para os servidores. No entanto, a inflação passou os 11 por cento. Os trabalhadores reivindicam, no mínimo, 11%, porque 7% não repõem as perdas inflacio-nárias, sem contar que os servidores do Tribunal de Justiça já estão, há muitos anos com seus salários defasados e arrocha-dos. Essa é a grande verdade.

Há muito tempo que nós acompanhamos a luta desses ser-vidores, desde a greve de 2010, que lançou luz sobre a situação não só salarial, mas também sobre as condições de trabalho, sobre as condições funcionais desses trabalhadores. Aquela greve foi muito pedagógica para a Assembleia Legislativa, porque nós conhecemos as contradições internas do Tribunal de Justiça, contradições que persistem até hoje.

Eu ouvi das várias lideranças que estavam presentes a mesma história, de que a Magistratura tem reajustes superiores a dos servidores e de que os juízes e desembargadores recebem salários de 70 a 100 mil reais. O Tribunal paga verbas indeniza-tórias, dividas do passado à Magistratura, mas não paga aos seus servidores, o que é um verdadeiro absurdo. Então tem dinheiro para pagar salários altíssimos de 70 a 100 mil reais à Magistratura, mas não tem dinheiro para, pelo menos, cumprir a data-base salarial dos servidores do Judiciário.